

Título: Preposto credenciado nos Juizados Especiais Cíveis: a revelia decorrente da não apresentação da carta de preposição com poderes para transigir.

José Raimundo dos Santos Costa:

RESUMO:

Com o advento da lei nº 12.137/2009 o § 4º do art. 9º lei nº 9.099/1995, ganhou nova redação com o propósito de deixar claro os requisitos da preposição nos Juizados Especiais Cíveis. Pela nova redação da norma, não há mais dúvida quando a desnecessidade do preposto ser funcionário da empresa demandada e que o credenciamento do preposto se prova pela apresentação por ocasião da audiência da carta de preposição com poderes especiais e expressos para transigir, cuja falta acarreta no reconhecimento da revelia da empresa demandada, salvo se, houver proposta de acordo, que aceita pelo autor, deverá ser concedido prazo para a juntada aos autos da carta de preposição, afim de homologação do acordo, sob pena de revelia. Necessário se faz esclarecer que não há necessidade de reconhecimento de firma do outorgante da carta de preposição.

Palavras chaves: Preposto, carta de preposição, poderes para transigir, revelia.

Introdução

Os Juizados Especiais Cíveis, tornaram-se um legítimo instrumento da democracia, uma vez que se coloca como um dos instrumentos de pacificação social mais próximo do cidadão, pois presta um serviço acessível, sem custo e com a possibilidade de soluções simplificadas e rápidas, ao privilegiar a todo tempo a conciliação.

Nesse contexto é cada vez maior a judicialização nos Juizados Especiais Cíveis das demandas relacionadas à relação de consumo. As grandes empresas fornecedoras de produtos ou serviços são, regularmente, demandadas a fim de ser resolvidas questões litigiosas acerca dos contratos de consumo por elas celebrados, visando, quase sempre a preservação dos direitos de consumidores, cujas lesões se enquadrem nas hipóteses de competência dos Juizados Especiais.

Diante dessa massificação de demandas judiciais relativa às relações de consumo, sabemos que se torna quase impossível que grandes empresas fornecedoras de produtos ou serviços, façam-se representar por meio de seus proprietários ou sócios em todas as audiências, tendo em vista o grande número de demandas. a lei estabelece a possibilidade de serem representadas pela figura do preposto credenciado. O preposto é alguém que representa a empresa ou a firma individual em juízo, através de Carta de Preposição que lhe conferirá poderes para representá-la, ou seja, poderá falar em nome da representada, firmar acordos, resolvendo, assim, da melhor maneira possível o litígio.

A figura do preposto torna-se cada vez mais importante no nosso ordenamento jurídico, uma vez que as demandas envolvendo relações de consumo são cada vez maiores. Desta forma, quando uma empresa ou empresário de firma individual são acionados judicialmente, terão que, necessariamente, comparecer nas audiências marcadas, podendo, quando demandadas em Juizados Especiais, poderão se fazer representar nas audiências.

Quem poderá ser preposto, como deve ser comprovada essa condição e quais as consequências da falta da carta de preposição são as questões que pretendemos responder neste trabalho.

1 Conceito de Preposto

Preposto é uma pessoa natural que substitui uma pessoa jurídica em atos que exige a sua presença. Essa substituição, porém, deve ser autorizada pelos interessados ou por lei.

A Consolidação das Leis do Trabalho no artigo 843, § 1º, determina que no processo do trabalho a empresa demandada compareça às audiências, facultando ao empregador “fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente”. O preposto, portanto, é uma pessoa que “presenta”¹ a empresa em juízo e no processo do trabalho, suas informações podem implicar em confissão real. Esse é o entendimento do TST sumulado pela Súmula 377, na qual dispõe que o preposto deve necessariamente ser empregado da empresa.

Por preposto, portanto, há de se entender o “presentante” da pessoa jurídica devidamente credenciado e habilitado para o ato, por documento (público ou particular), denominado carta de preposição, com poderes específicos, conferidos pelo representante legal da pessoa jurídica mandante que, necessariamente deverá ter poderes para conferir a outorga da preposição.

2 Representação da pessoa jurídica por preposto credenciado nos Juizados Especiais Cíveis.

Compilado da CLT, o § 4º, do art. 9º, da Lei nº 9.099/1995, autorizou que o titular de firma individual ou pessoa jurídica, quando for réu em sede de Juizados Especiais Cíveis, poderão se fazer representar, na sessão de conciliação ou na audiência de instrução e julgamento, por preposto devidamente credenciado.²

¹ Diferente do procurador que representa alguém em algum ato, o preposto substitui a empresa no ato, ou seja, se faz presente como se fosse a própria empresa, logo a apresenta.

² Redação original da Lei nº 9.099/1995

A aplicação deste dispositivo legal pelos magistrados dos Juizados Especiais Cíveis, gerou um grande debate, causando a solidificação de alguns entendimentos, porém, em alguns pontos a doutrina e a jurisprudência ficaram divididas.

A primeira discussão se deu sobre a possibilidade de se fazer representar por preposto na sessão de conciliação e na audiência de instrução e julgamento, também a microempresa, a empresa de pequeno porte e a empresa individual, quando figurarem no pólo ativo da demanda. Consagrou-se o entendimento de que somente na condição de ré é que a pessoa jurídica ou empresa individual pode se fazer representar por preposto, na medida em que, o § 4º, do art. 9º, da Lei nº 9.099/1995, limitou expressamente essa possibilidade apenas na pessoa do réu³.

Nesse mesmo sentido foi concebido o Enunciado 110 do FONAJE aprovado no XIX Encontro – São Paulo/SP, com nova redação aprovada no XXI Encontro realizado em Vitória/ES.⁴

Também foi objeto de discussão doutrinária a possibilidade de ser preposto pessoa que não seja funcionário da empresa demandada, uma vez que no processo trabalhista a lei expressamente dispõe que o preposto seja empregado da empresa demandada. Diferentemente da CLT a lei nº 9.099/1995 com a redação original do § 4º, do art. 9º, silenciou sobre essa questão, gerando posicionamentos entendendo que o preposto deveria ser empregado da empresa demandando, bem como os que defendiam a tese de que não havia a necessidade de ser o preposto empregado da empresa, tese esta que se tornou majoritária nas decisões emanadas dos Juizados Especiais cíveis.

Outra questão muito debatida foi a possibilidade do advogado agir ao mesmo tempo com defensor e proposto da empresa demandada, porém, essa questão já foi pacificada, pelo entendimento pela impossibilidade dessa acumulação.

É que nos termos do disposto nos arts. 35, I e 36, II, da Lei 8.906/1994, em interpretação sistemática com o art. 23 do Código de Ética e disciplina da OAB, é vedada a acumulação das atribuições de preposto e de advogado, sem prejuízo da

³ Fernando da Costa Tourinho Neto e Joel Dias Figueira Júnior, entendem que podem ser representados por prepostos também as microempresas e empresas de pequeno porte quando figurarem no pólo ativo da demanda. (*Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais. Comentários à Lei 10.259, de 12.07.2001.* – 3. Ed. ver. atual. e ampl. – São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 161).

⁴ Enunciado 110 do FONAJE “*A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autores, devem ser representadas em audiência pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente*”

possibilidade de ser representada a pessoa jurídica por quem de direito⁵. O mesmo entendimento é refletido no Enunciado 98 do FONAJE.⁶

Relevante, também, foi o debate sobre a possibilidade da pessoa que se apresenta na audiência como preposto da empresa demandada sem estar de posse da carta de preposição, participar da audiência sendo-lhe concedido prazo para a apresentação posterior do documento de comprovação da condição de preposto. Nesse particular as opiniões se dividem, tendo aqueles que entendem ser possível a concessão de prazo para a pessoa apresentar a carta de preposição, sem prejuízo para a sua participação na audiência na condição de preposto. No entanto, há uma corrente que defende a possibilidade de concessão de prazo para juntada da carta de preposição somente se houver acordo entre as partes, exigindo-se a juntada posterior do documento comprobatório da condição de preposto e poderes para transigir em nome da empresa. Para essa corrente, na impossibilidade de acordo, configura a revelia da empresa demandada.⁷

No meu entender a comprovação da condição de preposto deve ser demonstrada no ato da sua atuação nessa condição. Assim, preposto, é a pessoa que assim se apresenta e prova essa condição através de documento hábil. A mera declaração da pessoa, sem a exibição da carta de preposição não o legitima para participar da audiência, devendo ser considerada revel a empresa pela sua ausência ou pela ausência de seu substituto legal.

3 Modificações trazidas pela lei nº 12.137/2009.

A lei nº 12.137/2009, alterou a redação do art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.099/1995, com a finalidade de consolidar no texto normativo as interpretações já consolidadas pela doutrina e pela jurisprudência sobre os pontos controvertidos decorrentes da redação original.

⁵ Tourinho Neto, Fernando da Costa e Figueira Júnior, Joel Dias, p. 162.

⁶ Enunciado 98 do FONAJE: “É vedada a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado na mesma pessoa (art. 35, I e 36, II, da Lei 8.906/1994 combinado com o art. 23 do Código de Ética e Disciplina da OAB).

⁷ Enunciado 42 do FONAJE: “O preposto que comparece sem a carta de preposição obriga-se a apresentá-la, no prazo que for assinado, para a validade de eventual acordo. Não formalizado o acordo, incidem, de plano os efeitos da revelia”. ENUNCIADO 11 do I Encontro de Colégios Recursais da Capital de São Paulo: “É inadmissível a concessão de prazo para regularização da representação processual, não se aplicando o artigo 13 do CPC”.

De autoria do Deputado Bernardo Ariston, a iniciativa de apresentar à Câmara dos Deputados Federais o projeto de que decorre a referida lei, teve como objetivo debelar a multiplicidade de entendimentos acerca dos requisitos configuradores da preposição e as consequências processuais da falta desses requisitos.

A Lei foi publicada alterando a redação do § 4º do art. 9º, da Lei nº 9.099/1995, que passou a ter o seguinte teor: “*O réu, sendo pessoa jurídica ou firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver a necessidade de vínculo empregatício*”.

A nova redação esclarece de uma vez por todas os requisitos para a preposição junto aos Juizados Especiais Cíveis, uma vez que: 1) ratificou a redação anterior, autorizando a preposição apenas para as pessoas jurídicas e a empresa individual⁸ quando figurarem no processo no pólo passivo da demanda; 2) deixou claro que não há necessidade de ser funcionário da empresa para exercer sua preposição; 3) deixou também evidente que a condição de preposto (credenciamento) deve ser demonstrada antes do início da sessão de conciliação ou da audiência de instrução e julgamento; 4) que o credenciamento do preposto deve ser feito através de carta de preposição assinada pelo representante legal da empresa com poderes para conferir a preposição e 5) exigiu que a carta de preposição traga no seu conteúdo poderes expressos e especiais para transigir.

Assim, não restam mais dúvidas de que o preposto pode ser pessoa que não tenha vínculo empregatício com a pessoa jurídica, a exigência é de que ela se apresente ao ato processual devidamente credenciada, cujo credenciamento se prova através de carta de preposição e que a carta lhe outorgue poderes especiais e expressos para transigir e, ainda, que a outorga da carta de preposição seja feita por representante legal da empresa ou pessoa com poderes para tal.

Dessa forma, pessoa natural que comparece em juízo dizendo-se preposto de empresa ré e não exhibe a carta de preposição, não pode ser considerado preposto, visto que a lei, agora exige, que a comprovação do credenciamento da pessoa para funcionar como preposto em audiência seja feita pela apresentação da carta de preposição. E, a consequência da não apresentação da carta de preposição é considerar não credenciada

⁸ No texto da lei a empresa individual está equivocadamente nominada como “firma individual”. É que “firma” é a modalidade de nome empresarial obrigatoriamente adotado pela empresa individual.

como preposto a pessoa que se apresentou e se declarou nesta condição. Conclui-se, portanto, que “preposto credenciado” é a pessoa que comparece na audiência munida de carta de preposição.⁹

Por outro lado, em atenção ao princípio que norteia o sistema dos Juizados Especiais, da busca permanente pela conciliação, entendo que se a pessoa que se apresentou na condição de preposto e não exibiu a carta de preposição, mas formulou proposta de conciliação aceita pela parte autora, deve o acordo ser celebrado e concedido prazo para a juntada aos autos da carta de preposição, como condição de homologação do acordo e, caso não seja cumprida essa obrigação, será a empresa considerada revel conforme o art. 20 da Lei nº 9.099/1995.¹⁰

Ressalta-se, porém, que não sendo funcionário da empresa demandada, os poderes conferidos ao preposto limitam-se à representação judicial da pessoa jurídica,

⁹ Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, foi aprovado o substitutivo contemplando o objetivo a ser alcançado pela lei. Do parecer da Comissão, colhe-se: “A lei, ao esclarecer que o “preposto credenciado” será, simplesmente, a pessoa munida da carta de preposição, ainda que não seja empregada da pessoa jurídica ou da firma individual representada, evitará que sobre a matéria haja decisões conflitantes, por parte dos julgadores, como destacou a justificação do projeto de lei. Assim sendo, deixar consignado, no art. 9º, § 4º, da lei dos juizados especiais cíveis, o que se entende por “preposto credenciado” representará um aprimoramento legislativo, a beneficiar tanto os operadores do Direito como as partes envolvidas nas lides deduzidas perante aquele foro.

¹⁰ O teor da justificativa do projeto de lei que resultou na Lei nº 12.137/2009 é o seguinte: “Os Juizados Especiais foram instituídos, no nosso ordenamento jurídico, com o objetivo de tornar mais célere o julgamento de causas de menor monta, descomplicando o procedimento adotado nesses processos, propiciando uma justiça mais eficaz. O rigor adotado nos Juizados Especiais não pode ser o mesmo aplicado nos demais órgãos do Poder Judiciário, sob pena de se desvirtuar o propósito do Legislador ao instituir essas instâncias de julgamento. O art. 20 dessa mesma Lei concede ao Juiz a possibilidade de afastar a revelia, quando sua convicção caminhar em sentido diverso. Isto significa que, a despeito da revelia, o juiz pode decidir em favor do revel, se assim estiver formado o seu convencimento. Da forma como está redigido o atual § 4º do art. 9º da Lei nº 9099/95, permite-se que os Juízes tomem decisões das mais diversas a respeito da comprovação do credenciamento do preposto. Por isso, entendemos importante explicitar em que consiste esse credenciamento. A mudança que estamos propondo é no sentido de permitir a prova por meio de carta de preposição que demonstre estar o preposto autorizado pela pessoa jurídica ou pelo titular da firma individual a representar o réu em juízo, sem haver necessidade de vínculo empregatício. Assim, não se deixa margem ao juiz para dizer qual ou quais documentos são hábeis a essa demonstração. Desde que seja inequívoca, a carta de preposição servirá para comprovar a situação do preposto nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A forma passa a ser livre, contanto que não haja dúvida a respeito da vontade manifestada. Em face desses argumentos, a fim de impedir que a formalidade se sobreponha à finalidade da Lei e da Constituição Federal quanto aos Juizados Especiais, contamos com a aprovação dos nossos ilustres Pares na aprovação deste Projeto de Lei”.

não se estendendo à possibilidade de prestar depoimento pessoal, por se tratar de ato privativo do representante legal da entidade representada.¹¹

4 Carta de preposição. Dispensa de autenticação e do reconhecimento de firma. Necessidade de poderes expressos para transigir

O projeto de lei do Senado exigia a autenticação da carta de preposição¹², no entanto, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados promoveu, mediante substitutivo, duas importantes modificações no projeto convertido em lei: 1) a supressão da obrigatoriedade de autenticação da carta de preposição¹³ e; 2) o acréscimo da exigência de que ela confira ao preposto, expressamente, poderes para transigir;¹⁴

Não há sentido prático e legal, a exigência do reconhecimento de firma na carta de preposição, uma vez que tal formalidade contraria o intuito da Lei n. 9.099/95, que foi editada para tornar mais célere, informal, simples e desburocratizado o procedimento de causas de competência dos Juizados especiais Cíveis.

Por outro lado, há necessidade da menção expressa dos poderes para transigir outorgados ao preposto, uma vez que sendo poder especial, outorgado ao preposto, deve este vir expresso na carta de preposição.

¹¹ Tourinho Neto, Fernando da Costa e Figueira Júnior, Joel Dias, p. 162.

¹² “Art. 9º (...), § 4º. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credencia, entendendo-se como tal a pessoa que possuir carta de preposição, autenticada em cartório, autorizada a representar a pessoa jurídica ou o titular de firma individual, sem haver necessidade de vínculo empregatício”.

¹³ As razões invocadas pelo relator para suprimir a exigência vinda do Senado foram as seguintes: “Por outro lado, a necessidade da autenticação em cartório da carta de preposição vai de encontro às propaladas informalidade e simplicidade, representando, inclusive, um recrudescimento legal, em relação ao Código de Processo Civil, o qual não contém esta exigência, quando trata dos prepostos, em seus arts. 277, § 3º, e 331. Note-se que, hoje, nem mesmo a procuração judicial, via de regra, exige o reconhecimento de firma (art. 38 do CPC), o que demonstra a busca do legislador pela agilidade no andamento dos feitos”.

¹⁴ As razões invocadas pelo relator para acrescentar ao texto vindo do Senado a necessidade de conter na carta de preposição a outorga de poderes expressos para transigir: “No que tange, ainda, aos mencionados dispositivos legais do Código de Processo Civil, observa-se que os mesmos fazem menção aos poderes do preposto para transigir, o que deverá constar da alteração legislativa ora em exame”.

Contravirá, destarte, à *mens legislatoris* o pronunciamento que porventura considere ter havido a revelia da parte, pelo fato de não ter sido autenticada a carta de preposição apresentada pelo preposto na audiência.

O reconhecimento de firma e a autenticação, somente se justifica quando houver pertinência na impugnação quanto a fidelidade da assinatura do outorgante da carta de preposição ou da cópia apresentada em juízo.

5 Conclusão.

A Lei nº 12.137/2009 veio dirimir as dúvidas quanto a interpretação do § 4º, do art. 9º, da Lei nº 9.099/1995, com sua redação original, dando uma redação ao referido dispositivo legal clara direta e objetiva, não deixando dúvidas sobre a intenção do legislador. A nova lei ao dispensar a obrigatoriedade da preposição recair somente sobre pessoa com vínculo empregatício com a empresa demandada, facilitou a vida das empresas com grande número de demandas nos Juizados Especiais cíveis, que teriam grandes dificuldades de designar seus funcionários para os mais variados Juizados, comprometendo sua atividade empresarial.

Não se pode deixar de ressaltar da importância da lei expressamente determinar que a pessoa do preposto, só o é, se estiver devidamente credenciado, cuja credencial, a carta de preposição, deve ser apresentada no momento de início do ato processual no qual irá apresentar a empresa, observando, ainda, a necessidade da carta trazer expreso a outorga do poder de transigir, sem o qual a credencial não cumpre a exigência legal, uma vez que nos Juizados Especiais, a conciliação é o principal objetivo em todas as audiências. Logo, não podendo transigir, não poderá participar da audiência, devendo ser a empresa considerada revel, salvo se estiver disposto a transigir, situação em que deve ser-lhe concedido prazo para juntar a credencial faltosa, a fim de convalidar o acordo celebrado.

Importante, também, frisar a desnecessidade de reconhecimento de firma ou autenticação da carta de preposição, salvo se houver relevantes indícios de falsidade ou inautenticidade do documento, alegados em impugnação por parte interessada.

6 Referências.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública**, 6ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e prática dos juizados especiais cíveis estaduais e federais**. 12. ed.. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (org.), **Juizados Especiais Cíveis: Novos desafios**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis**, 5ª Ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa e FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais. Comentários à Lei 10.259, de 12.07.2001**. 3. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2010.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama de. “Garantias do processo justo nos Juizados Especiais Cíveis”, *in*: Miranda Netto e Rocha (org.), *Juizados Especiais Cíveis: Novos desafios*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 49/69;

MENDES, Aluísio G. de Castro; FREITAS FILHO, João Bosco de. “Considerações em torno de algumas questões polêmicas no âmbito dos Juizados Especiais”, *in*: Miranda Netto e Rocha (org.), *Juizados Especiais Cíveis: Novos desafios*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 107/131.

MESQUITA, José Ignácio Botelho. “O Juizado Especial em face das garantias constitucionais”, *in*: *Revista Jurídica*, São Paulo: Notadez, abril de 2005, vol. 330;

SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. “Acesso à Justiça e Representação das Partes nos Juizados Especiais Cíveis”, *in*: Leonardo Greco e Fernando Gama de Miranda Netto, *Direito Processual e Direitos Fundamentais*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 161/185.